



Exmo/a Senhor/a  
**GrupoJanz, Contagem e Gestão de Fluidos**  
Avª Infante D. Henrique, N.º 288

1950-001 LISBOA

NIF Entidade: 505232235

Referência	Data de emissão	Processo	Serviço emissor
Ofício n.º 1220 / 2018	23/02/2018	2018/300.10.005/171	Contratação Pública

**Assunto:** Notificação de adjudicação - Procedimento 2018/300.10.005/171 - Aquisição de contadores DN 15 e DN 20

Exmos. Srs.,

Nos termos do disposto no art.º 77.º do Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29.01, na sua atual redação - Código dos Contratos Públicos (CCP), informa-se V. Exas. que por Despacho do Sr. Presidente da Câmara, datado de 22/02/2018, foi adjudicada a V. Exas. a aquisição de contadores DN 15 e DN 20, pelo valor de **€ 6.538 (seis mil quinhentos e trinta e oito euros)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Assim, deverá V. Exa. no prazo de 5 (cinco) dias úteis apresentar a Declaração Anexo II, prevista na alínea a) do n.º 1 do art.º 81º do CCP, na redação dada pelo Decreto – Lei n.º 111-B/2017, de 31.08, cujo modelo se anexa, bem como os documentos comprovativos de que não se encontra na situação prevista nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do art.º 55.º do CCP, respetivamente:

- Situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do artigo 55.º do CCP;
- Situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea e) do artigo 55.º do CCP;
- Certificado de registo criminal, para efeitos de celebração de contratos públicos, da pessoa coletiva e de todos os titulares dos seus órgãos sociais da administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do CCP, não bastando a apresentação de certidões em número equivalente ao das pessoas com poderes para obrigar a sociedade;

Quando assinado digitalmente, o documento impresso constitui uma cópia autenticada do original digital, desde que validado pelo selo branco da Câmara Municipal de Sines.



Deverá ser disponibilizada Certidão de Registo Comercial ou o código de acesso para a sua consulta on-line, nos termos previstos no n.º 5 do art.º 75.º do Código de Registo Comercial e no art.º 17.º da Portaria n.º 1416-A/2006, de 19.12.

Com os melhores cumprimentos.

O Chefe da Divisão de Administração e Finanças

(No uso de competências delegadas, por despachos datados de 18 e 19 de outubro de 2017)